

EMENDAS-PRAZOS		
Comissão	Início	Término
CCJR	04.06.96	12.06.96



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SENADO FEDERAL)

PLS Nº 127/95

PRIORIDADE	
Entrada	Comissão
05/10/1995	CCJR
24/05/196	
/	
/	
/	
/	

ASSUNTO:

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

DESPACHO: CCTCI - CCJR (ART. 54) - ART. 24, II

A CCTCI em 05 de OUTUBRO de 19 95

DISTRIBUIÇÃO

- Ao Sr. Deputado Acaculy Netto, em 28/10 19 95
- O Presidente da Comissão de CCTCI Dep. Marcelo Barbieri
- Ao Sr. Deputado, em 19
- O Presidente da Comissão de Const. Justiça
- Ao Sr. Rolana Le Vigne (DEV 10/10/96), em 04.06.96
- O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
- Ao Sr. Dep. Roland Barique (dev. 26.05.99), em 13/5 19 99
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19

95

DE 13

PROJETO N.º

489

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 989, DE 1995

(DO SENADO FEDERAL)

PLS Nº 127/95



Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

Projeto de Lei nº 989/95

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

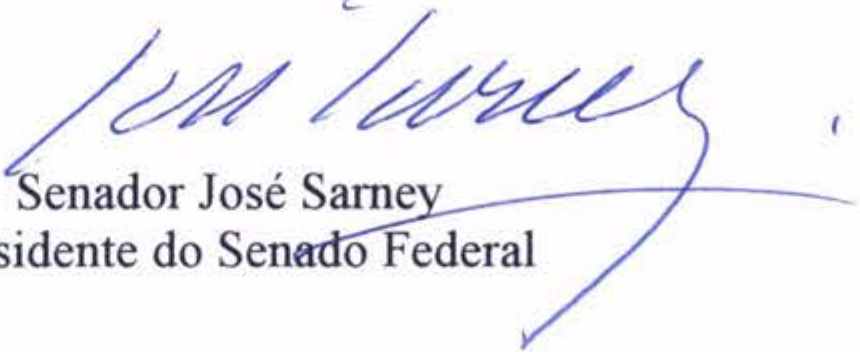
Art. 1º Os serviços de radiodifusão de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais.

Parágrafo único. O Poder Executivo criará, no período de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, os mecanismos necessários à normalização técnica da matéria, bem como à fiscalização de seu cumprimento, fixada a pena de suspensão da atividade pelo prazo de trinta dias, triplicado em caso de reincidência, havendo inobservância do disposto nesta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de setembro de 1995


Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

vpl/.



SINOPSE

Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1995

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

Apresentado pelo Senador Lauro Campos

Lido no expediente da Sessão de 26/4/95, e publicado no DCN (Seção II) de 27/4/95. Despachado à Comissão de Educação (decisão terminativa), onde poderá receber emendas, após sua publicação e distribuição em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

Em 4/9/95, leitura do Parecer nº 541/95-CE, relatado pelo Senador Eptácio Cafeteira, pela aprovação do projeto. A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 10/95, do Presidente da CE, comunicando a aprovação do projeto. É aberto o prazo de 5 dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

Em 14/9/95, a Presidência comunica ao Plenário o término do prazo para interposição de recurso no sentido da apreciação da matéria, apreciada conclusivamente pela Comissão de Educação, nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno.

À Câmara dos Deputados com o SF/Nº... 1234 de 19/09/95

vpl/.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

19 SET 17 59 43 038473


COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTÓTIPO GERAL

Ofício nº 1234 (SF)

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1995, constante dos autógrafos em anexo, que "padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências".

Senado Federal, em 19 de setembro de 1995


Senador Renan Calheiros
Primeiro-Secretário, em exercício

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Wilson Campos
DD. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
vpl/.


PRIMEIRA SECRETARIA

Em 21/09/95 Ao Senhor
Secretário-Geral da Mesa


Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro Secretário



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador EPITACIO CAFETEIRA



PARECER Nº 541, DE 1995

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1995, que "padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências".

RELATOR: Senador EPITACIO CAFETEIRA

I - Relatório

Vem a exame da Comissão de Educação o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1995, que "padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências".

Trata a matéria de evitar o surgimento de mecanismo subliminar de reforço persuasivo em mensagens comerciais, nos intervalos da programação de televisão, notadamente através do expediente de aumento de volume de audição, em algumas peças comerciais.

Justifica o Autor sua propositura com a seguinte argumentação:

"Embora tenha passado, a princípio, por defeito dos receptores, a consistência do fenômeno já fornece indícios de que tem outra origem e intenção: a exploração

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Pls nº 127 de 1995
Fls. 03



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador EPITACIO CAFETEIRA



comercial de um sutil artifício subliminar, destinado a ampliar o poder de mobilização das mensagens veiculadas no rádio e na televisão.

"Referimo-nos à constatação de que cada vez mais frequentemente emissoras e anunciantes elevam o volume de sua mensagem, colocando-a em patamar consistentemente acima das demais. Feito de forma sutil, o artifício funciona como um reforçador de atenção, uma vez que o volume daquela propaganda fica mais alto que a programação normal e mesmo que as outras publicidades.

"É certo que não se pode padronizar os volumes no sentido de achatá-los por completo, mesmo porque na vida real os níveis dos ruídos à nossa volta são diferenciados e dinâmicos. No entanto, percebe-se, já, que o mecanismo pode ser e é utilizado de forma a privilegiar esta ou aquela mensagem comercial.

"Buscou-se, como providência preliminar, junto ao Ministério das Comunicações a norma técnica que disciplinasse a questão, chegando-se à conclusão que esta não existe, ou não é do conhecimento dos técnicos mais especializados na área. Diante de tal constatação, decidimos provocar a ação e intervenção das áreas técnicas do Poder Executivo, ligadas à radiodifusão de sons e imagens, no sentido de eliminar no nascedouro a prática que ora começa a proliferar."

O presente projeto, passível de decisão terminativa, esteve à disposição dos Senhores Senadores, na secretaria da Comissão, para recebimento de contribuições, não tendo sido emendado no período regimental.

RECEBIMENTO DE EMENDA
P.S. 127 10 1995
04



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador EPITÁCIO CAFETEIRA



II - Voto do Relator

Diante do exposto, verifica-se que o conteúdo do projeto destina-se a disciplinar área nevrálgica do processo de relacionamento do mercado produtivo com a sociedade, evitando eventuais abusos.

O desconhecimento técnico dos mecanismos pelos quais se obtém a equalização em decibéis dos volumes sonoros emitidos pelos aparelhos receptores leva o Autor a transferir, mediante a presente Norma, a responsabilidade para a área técnica do Poder Executivo, obrigando-a a criar ou recuperar as ferramentas de controle necessárias à obtenção do resultado preconizado pelo Legislador. Parece-nos ser este um mecanismo legítimo, pelo qual o Legislador protege a sociedade de desvios e abusos oriundos da dinâmica do uso dos meios de comunicação de massa.

Diante do exposto, posicionamo-nos a favor do presente Projeto de Lei nº 127, de 1995, recomendando a meus pares que lhe garantam a prosperidade.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1995.

Inda *mt* *Carolina Silva* *Presidente* *Repinis*
Bulhões *Cafeteira* *Relator* *Frederico*
Paulinho *Adub. Ant. M.* *Amorim* *AUTOR*
Lucy *Lucio* *Lucio*

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PLS nº 127 de 1995

Fls. 05



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 1995

ASSINARAM O PARECER EM 24 DE AGOSTO DE 1995, OS SENHORES SENADORES:

ROBERTO REQUIÃO, Presidente
EPITÁCIO CAFETEIRA, Relator
COUTINHO JORGE
JADER BARBALHO
MARLUCE PINTO
JOSÉ BIANCO
LAURO CAMPOS -Autor
JEFFERSON PERES
LÚCIO ALCÂNTARA
JOSÉ ROBERTO ARRUDA
GERSON CAMATA
BELLO PARGA
JOÃO ROCHA
JOSÉ FOGAÇA
IRIS REZENDE
WALDECK ORNELAS
MARINA SILVA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PLS Nº 127 de 1995
fls. 06



TEXTO FINAL APROVADO PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 1995

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais.

Parágrafo único. O Poder Executivo criará, no período de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, os mecanismos necessários à normalização técnica da matéria, bem como à fiscalização de seu cumprimento, fixada a pena de suspensão da atividade pelo prazo de trinta dias, triplicado em caso de reincidência, havendo inobservância do disposto nesta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões: Art. 24, II
Ciência e Tec., Comunicação e Informática
Const. e Justiça e de Redação (Art. 54, RI)

Em 19/09/95

PRESIDENTE

Projeto de Lei nº 989/95

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais.

Parágrafo único. O Poder Executivo criará, no período de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, os mecanismos necessários à normalização técnica da matéria, bem como à fiscalização de seu cumprimento, fixada a pena de suspensão da atividade pelo prazo de trinta dias, triplicado em caso de reincidência, havendo inobservância do disposto nesta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de setembro de 1995

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

vpl/.

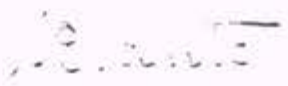


CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 989/95

Nos termos do Art. 119, caput, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 25.10.95, por cinco sessões, esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto de Lei.

Sala da Comissão, 07 de novembro de 1995


Maria Ivone do Espírito Santo
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 989, DE 1995

(PLS Nº 127/95)

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado MALULY NETTO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 989, de 1995, oriundo do Senado Federal, tem a finalidade de padronizar o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda. Aprovado por aquela Casa, foi encaminhado à Câmara dos Deputados, para exame, em 19 de setembro de 1995, tendo sido submetido a esta Comissão para seu pronunciamento, nos termos do art. 32, inciso II do Regimento Interno.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposta.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta ora em exame determina que as emissoras de radiodifusão padronizem o volume do seu sinal de áudio, proibindo a sua elevação durante a veiculação de inserções publicitárias.


**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Tal prática, infelizmente, tem-se revelado freqüente nas emissoras de rádio e televisão e, a nosso ver, é invasiva, uma vez que viola o direito do usuário de arbitrar o volume do sinal em seu receptor. Justifica-se, pois, a iniciativa, que autoriza o poder concedente a fiscalizar essa característica técnica de transmissão.

Apresentamos à proposta a emenda nº 1/95 do Relator, que objetiva compatibilizar o texto do art. 1º com a ementa do Projeto de Lei. Nesse sentido, substituímos a expressão "serviços de radiodifusão de sons e imagens" pela mais abrangente "serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens", de modo a incluir explicitamente as emissoras de rádio.

Aprovamos, em suma, com emenda, o Projeto de Lei nº 989, de 1995 (PLS nº 127, de 1995).

Sala da Comissão, em de de 199 .


Deputado MALULY NETTO
Relator

51143300.130



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 989, DE 1995

(PLS Nº 127/95)

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1/95

Dê-se ao *caput* art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais."

Sala da Comissão, em de de 199 .

Deputado MALULY NETTO

Relator

51143300.130



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

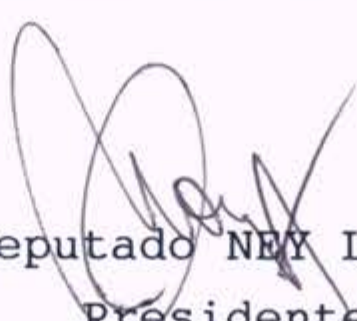
PROJETO DE LEI Nº 989, de 1995

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou por unanimidade, o Projeto de Lei nº 989/95, com Emenda, nos termos do Parecer do Relator Deputado Maluly Netto.

Estiveram presentes os seguintes Deputados: Ney Lopes, Presidente; Affonso Camargo, Antônio Joaquim Araújo, Arolde de Oliveira, Carlos Alberto, João Iensen, José Jorge, José Mendonça Bezerra, Luiz Moreira, Maluly Netto, Paulo Bornhausen, Paulo Cordeiro, Paulo Heslander, Carlos Apolinário, Cássio Cunha Lima, Edinho Araújo, Geddel Vieira Lima, Hélio Rosas, Pedro Irujo, Wagner Rossi, Corauci Sobrinho, Edson Queiroz, Laprovita Vieira, Pauderney Avelino, Roberto Campos, Wagner Salustiano, Antonio Carlos Pannunzio, Domingos Leonelli, José de Abreu, Koyu Iha, Luiz Piauhyllino, Roberto Santos, Salvador Zimbaldi, Jaques Wagner, Jorge Wilson, Ricardo Izar, Eurípedes Miranda, Wolney Queiroz e Inácio Arruda, membros titulares; Cesar Bandeira, José Rocha, Mauricio Najar, Philemon Rodrigues, Antônio Brasil, João Almeida, Laire Rosado, Almir Chedid, Nan Souza, Zaire Rezende, Cunha Bueno, Renato Johnsson, Adroaldo Streck, Marconi Perillo, Ivan Valente e Tilden Santiago, membros suplentes; José Borba, não membro.

Sala da Comissão, 22 de maio de 1996


Deputado NEY LOPES
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA

EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 989, DE 1995

(PLS Nº 127/95)

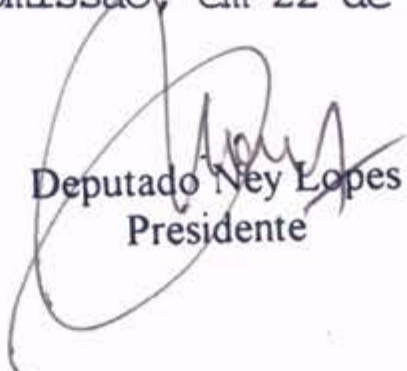
Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao *caput* art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais."

Sala da Comissão, em 22 de maio de 1996


Deputado Ney Lopes
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 989-A, DE 1995
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 127/95

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

S U M Á R I O

- I - Projeto inicial
- II - Na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
 - termo de recebimento de emendas
 - parecer do relator
 - emenda oferecida pelo relator
 - parecer da Comissão
 - emenda adotada pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 989/95

Nos termos do art. 119, caput, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas a partir de 04 / 06 / 96 , por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 13 de junho de 1996.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 989/95

Nos termos do art. 119, caput, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas a partir de 07 / 11 / 96 , por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao substitutivo oferecido pelo relator.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 1996.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 989-B/95

Nos termos do art. 119, *caput*, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para apresentação de emendas a partir de 18/05/99, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto de lei.

Sala da Comissão, em 24 de maio de 1999.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 989/95

Nos termos do art. 119, *caput*, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para apresentação de emendas a partir de 17/06/99, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao substitutivo.

Sala da Comissão, em 23 de junho de 1999.

SÉRGIO SAMPAIO CONTEIRAS DE ALMEIDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 989, DE 1995

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado ROLAND LAVIGNE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, originário do Senado Federal, visa a padronizar o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão, buscando evitar emprego de expediente subliminar de persuasão consistente no aumento de volume de audição nos espaços dedicados à propaganda.

Aprovada no Senado Federal, a proposição foi encaminhada a esta Casa para os fins a que se refere o art. 65 da Lei Maior, tendo sido distribuída,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

primeiramente, à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que, apreciando o mérito, opinou pela sua aprovação, com emenda.

Agora, a iniciativa vem ao exame deste Órgão Técnico, devendo ser apreciada nos aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa, em cumprimento ao preceituado nos arts. 53, inciso III, e 32, inciso III, alínea *a*, da norma regimental.

II - VOTO DO RELATOR

Aos Parlamentares cabe a iniciativa de leis da competência da União, conforme prevê o art. 48 do Diploma Básico, e especialmente sobre a matéria constante do inciso XII, qual seja, radiodifusão (art. 22, inciso IV, da Constituição Federal).

Destarte, não vislumbramos qualquer óbice à aprovação da iniciativa em comento, sob o enfoque da constitucionalidade formal.

No que tange à constitucionalidade material, verifica-se que a proposição está em consonância com os dispositivos e princípios constitucionais relativos à comunicação social, não contendo a iniciativa qualquer dispositivo que possa constituir embaraço ou restrição à plena liberdade de pensamento, criação, expressão ou informação (arts. 220 e 221).

A Emenda adotada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática objetiva tão-somente compatibilizar o texto do art. 1º com a ementa do Projeto de Lei, não estando eivada de qualquer vício de constitucionalidade, juridicidade ou de técnica legislativa.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que merece aprimoramento, razão pela qual oferecemos, nesta oportunidade, Substitutivo a este propósito visando.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Por todo o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 989, de 1995, nos termos do Substitutivo ora apresentado.

Sala da Comissão, em 02 de out de 1996.


Deputado ROLAND LAVIGNE
Relator

60517400.137



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 989, DE 1995

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais.

Art. 2º O Poder Executivo criará, no período de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, os mecanismos necessários à normalização técnica da matéria, bem como à fiscalização de seu cumprimento.

Art. 3º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator à pena de suspensão da atividade pelo prazo de trinta dias, triplicada em caso de reincidência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em *04* de *out* de 1996.


Deputado ROLAND LAVIGNE
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 989-A, DE 1995

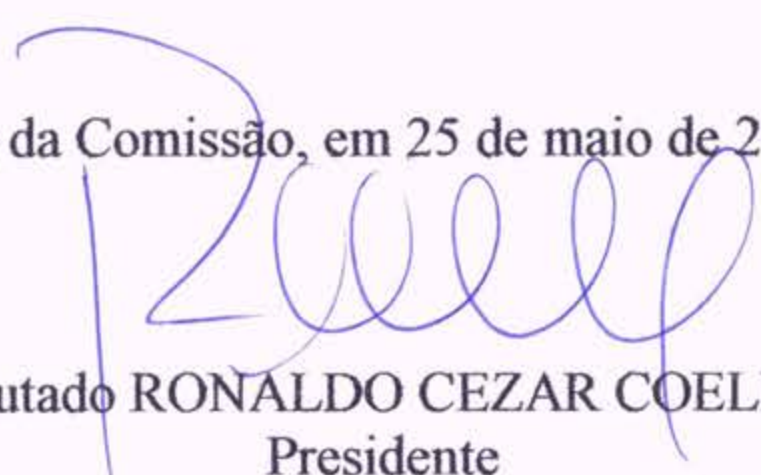
III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo, do Projeto de Lei nº 989-A/95 e da Emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, nos termos do parecer do Relator, Deputado Roland Lavigne.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Ronaldo Cezar Coelho – Presidente, Inaldo Leitão, Iédio Rosa e Ary Kara – Vice-Presidentes, André Benassi, Caio Riela, Eduardo Paes, Fernando Gonçalves, Léo Alcântara, Nelson Marchezan, Zenaldo Coutinho, Zulaiê Cobra, Coriolano Sales, Geovan Freitas, Mendes Ribeiro Filho, Darci Coelho, Jaime Martins, Paulo Magalhães, Geraldo Magela, José Dirceu, José Genoíno, Marcelo Déda, Waldir Pires, Augusto Farias, Fernando Coruja, José Roberto Batochio, Ayrton Xerêz, Udson Bandeira, José Ronaldo, Robson Tuma, Professor Luizinho, Cleonânio Fonseca, Dr. Benedito Dias, Jair Bolsonaro e Bispo Wanderval.

Sala da Comissão, em 25 de maio de 2000


Deputado RONALDO CEZAR COELHO
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 989-A, DE 1995

SUBSTITUTIVO ADOTADO – CCJR

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

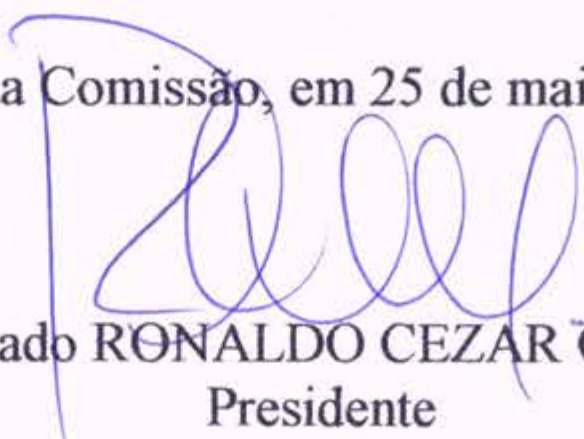
Art. 1º Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais.

Art. 2º O Poder Executivo criará, no período de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, os mecanismos necessários à normalização técnica da matéria, bem como à fiscalização de seu cumprimento.

Art. 3º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator à pena de suspensão da atividade pelo prazo de trinta dias, triplicada em caso de reincidência.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de maio de 2000


Deputado RONALDO CEZAR COELHO
Presidente

***PROJETO DE LEI Nº 989-B, DE 1995
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 127/95**

Padroniza o volume de audio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. MALULY NETTO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, e da emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (relator: DEP. ROLAND LAVIGNE).

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

**Projeto inicial publicado no DCD de 17/10/95*

S U M Á R I O

**PARECER DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- emenda oferecida pelo relator
- parecer da Comissão
- emenda adotada pela Comissão

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

- termo de recebimento de emendas - 1996
- termo de recebimento de emendas - 1999
- parecer do Relator
- substitutivo oferecido pelo Relator
- termo de recebimento de emendas ao substitutivo
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 989-B, DE 1995

(DO SENADO FEDERAL)

PLS Nº 127/95

Padroniza o volume de audio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. MALULY NETTO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, e da emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (relator: DEP. ROLAND LAVIGNE).

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

S U M Á R I O

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- emenda oferecida pelo relator
- parecer da Comissão
- emenda adotada pela Comissão

III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- termo de recebimento de emendas - 1996
- termo de recebimento de emendas - 1999
- parecer relator
- substitutivo oferecido pelo relator
- termo de recebimento de emendas ao substitutivo
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

OF. Nº 347-P/2000 – CCJR

Brasília, em 30 de maio de 2000

Publique-se.

Em 30 / 5 / 2000 Presidente

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, em 25 de maio do corrente, do Projeto de Lei nº 989-A/95.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Cordialmente,

Deputado RONALDO CEZAR COELHO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MICHEL TEMER
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A

Lote: 73
PL N° 989/1995
Caixa: 48
31

SECRETARIA GERAL DA P	
Recebido	
Orgão	CEL
Data:	20/6/00
Ass:	[Assinatura]

n° 2045/00

Hora: 18.00

Ponto: 2566

I



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
REDAÇÃO FINAL DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI N° 989-C, DE 1995, DO SENADO FEDERAL
(PLS N° 127/95 na Casa de origem)

Substitutivo da Câmara dos Deputados
ao Projeto de Lei n° 989-B, de 1995,
do Senado Federal (PLS N° 127/95, na
Casa de origem), que "padroniza o vo-
lume de áudio das transmissões de rá-
dio e televisão nos espaços dedica-
dos à propaganda e dá outras providên-
cias".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Padroniza o volume de áudio das trans-
missões de rádio e televisão nos espa-
ços dedicados à propaganda e dá outras
providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Os serviços de radiodifusão sonora e de sons
e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não
haja, no momento da recepção, elevação injustificável de
volume nos intervalos comerciais.

Art. 2° O Poder Executivo criará, no período de
cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, os
mecanismos necessários à normalização técnica da matéria, bem
como à fiscalização de seu cumprimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator à pena de suspensão da atividade pelo prazo de trinta dias, triplicada em caso de reincidência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 13.09.2000

Deputado RONALDO CEZAR COELHO
Presidente

Deputado ROLAND LAVIGNE
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI Nº 989-C/95

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente a Redação Final oferecida pelo Relator, Deputado Roland Lavigne, ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 989-B/95.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Ronaldo Cezar Coelho – Presidente, Inaldo Leitão e Iédio Rosa – Vice-Presidentes, André Benassi, Edir Oliveira, Eduardo Paes, Fernando Gonçalves, Jutahy Júnior, Léo Alcântara, Nelson Marchezan, Zulaie Cobra, Coriolano Sales, Osmar Serraglio, Renato Vianna, Antônio Carlos Konder Reis, Darci Coelho, Ney Lopes, Paulo Magalhães, José Dirceu, José Genoíno, Waldir Pires, Murilo Domingos, Fernando Coruja, José Roberto Batochio, Sérgio Miranda, Ayrton Xerêz, Átila Lira, João Leão, Nelson Marquezelli, Gustavo Fruet, João Henrique, Nelo Rodolfo, Themístocles Sampaio, Professor Luizinho, Wagner Salustiano, Bispo Wanderval, Djalma Paes, Geraldo Magela, Dr. Rosinha e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, em 13 de setembro de 2000

Deputado RONALDO CEZAR COELHO
Presidente

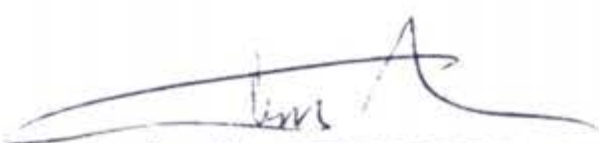
PS-GSE/364/00

Brasília, 23 de novembro de 2000.

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o Substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei dessa Casa nº 989, de 1995 (nº 127/95, na origem), que "padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências".

Atenciosamente,


Deputado UBIRATAN AGUIAR
Primeiro-Secretário

Sua Excelência o Senhor
Senador RONALDO CUNHA LIMA
Primeiro-Secretário do Senado Federal
N E S T A

EMENTA

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

SENADO FEDERAL
SEN. LAURO CAMPOS - PT-DF
(PLS Nº 127/95)

ANDAMENTO

COMISSÕES
PODER TERMINATIVO
Artigo 24, Inciso II
(Res. 17/89)

Sancionado ou promulgado

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

Razões do veto-publicadas no

MESA

Despacho: Às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54) - (Art. 24, II).

PLENÁRIO

04.10.95

É lido e vai a imprimir.

DCN. 17.10.95, pág. 01510, col. 02

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

05.10.95

Encaminhado à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

25.10.95

Distribuído ao relator, Dep. MALULY NETO.

OCM 26/10/95, pág. 3145; 01

25.10.95 COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
Prazo para apresentação de emendas: cinco sessões.

07.11.95 COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
Não foram apresentadas emendas.

27.12.95 COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
Parecer favorável do relator, Dep. MALULY NETO, com emendas

22.05.96 COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
Aprovado unanimemente o parecer favorável do relator, Dep. MALULY NETO, com emendas.
(PL 989-A/95).

24.05.96 COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

04.06.96 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Distribuído ao relator, Dep. ROLAND LAVIGNE.

04.06.96 DCD 10/08/96, pág. 22399, col. 02
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Prazo para apresentação de emendas: 05 Sessões.

04.06.96 DCD 09/06/96, pág. 15999, col. 02
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Não foram apresentadas emendas.

09.10.96 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Parecer do relator, Dep. ROLAND LAVIGNE, pela Constitucionalidade, Juricidade e Técnica legislativa, com substitutivo. DCD 07/11/96, pág. 29124 col. 04.

ANDAMENTO

- 13.05.99 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Distribuído ao relator, Dep. ROLAND LAVIGNE.
- 18.05.99 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.
- 26.05.99 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Não foram apresentadas emendas.
- 15.06.99 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Parecer do relator, Dep. ROLAND LAVIGNE, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, deste e da emenda da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, com substitutivo.
- 17.06.99 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Prazo para apresentação de emendas ao substitutivo: 05 sessões.
- 25.05.00 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. ROLAND LAVIGNE, pela Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, deste e da emenda da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática, com substitutivo.
- 25.05.00 MESA (ARTIGO 24, INCISO II DO RI)
É lido e vai a imprimir, tendo pareceres da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação, com emenda; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, e da emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PL. 989-B/95).

VIDE-VERSO.....

ANDAMENTO

MESA

27.06.00 Prazo para apresentação de recurso artigo 132, § 2º do RI (05 sessões) de: 27.06 a 01.08.00.

MESA

10.08.00 Of. SGM-P- 647/00, à CCJR, encaminhando este projeto para elaboração da redação final, nos termos do artigo 58, parágrafo quarto e artigo 24, II do RI.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI

Nº 989-B, DE 1995

(Do Senado Federal)

PLS Nº 127/95

Padroniza o volume de audio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. MALULY NETTO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, e da emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (relator: DEP. ROLAND LAVIGNE).

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

SUMÁRIO

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- emenda oferecida pelo relator
- parecer da Comissão
- emenda adotada pela Comissão

III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- termo de recebimento de emendas - 1996
- termo de recebimento de emendas - 1999
- parecer relator
- substitutivo oferecido pelo relator
- termo de recebimento de emendas ao substitutivo
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

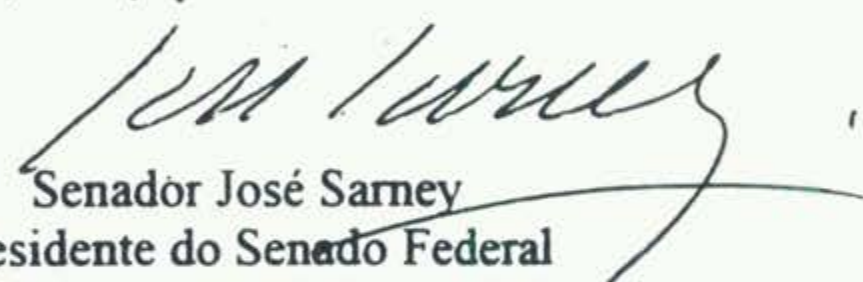
Art. 1º Os serviços de radiodifusão de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais.

Parágrafo único. O Poder Executivo criará, no período de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, os mecanismos necessários à normalização técnica da matéria, bem como à fiscalização de seu cumprimento, fixada a pena de suspensão da atividade pelo prazo de trinta dias, triplicado em caso de reincidência, havendo inobservância do disposto nesta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de setembro de 1995


Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

SINOPSE

Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1995

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

Apresentado pelo Senador Mauro Campos

Lido no expediente da Sessão de 26/4/95, e publicado no DCN (Seção II) de 27/4/95. Despachado à Comissão de Educação (decisão terminativa), onde poderá receber emendas, após sua publicação e distribuição em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis. Em 4/9/95, leitura do Parecer nº 541/95-CE, relatado pelo Senador Eptácio Cafeteira, pela aprovação do projeto. A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 10/95, do Presidente da CE, comunicando a aprovação do projeto. É aberto o prazo de 5 dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

Em 14/9/95, a Presidência comunica ao Plenário o término do prazo para interposição de recurso no sentido da apreciação da matéria, apreciada conclusivamente pela Comissão de Educação, nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno.

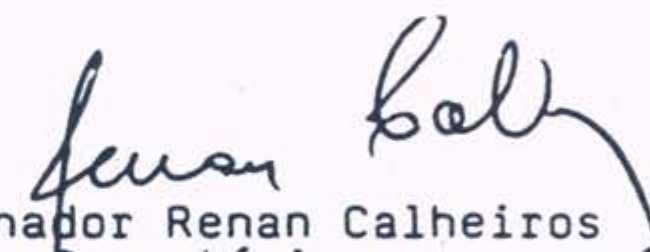
À Câmara dos Deputados com o SF/Nº...1234 de 19/09/95

Ofício nº 1234 (SF)

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1995, constante dos autógrafos em anexo, que "padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências".

Senado Federal, em 19 de setembro de 1995


Senador Renan Calheiros
Primeiro-Secretário, em exercício

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Wilson Campos
DD. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

SECRETARIA
21/09/95
Senhor
Deputado Wilson Campos
Secretário

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 989/95

Nos termos do Art. 119, caput, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das

Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 25.10.95, por cinco sessões, esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto de Lei.

Sala da Comissão, 07 de novembro de 1995

Maria Ivone do Espírito Santo
Secretária

PARECER DA

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 989, de 1995, oriundo do Senado Federal, tem a finalidade de padronizar o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda. Aprovado por aquela Casa, foi encaminhado à Câmara dos Deputados, para exame, em 19 de setembro de 1995, tendo sido submetido a esta Comissão para seu pronunciamento, nos termos do art. 32, inciso II do Regimento Interno.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposta.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta ora em exame determina que as emissoras de radiodifusão padronizem o volume do seu sinal de áudio, proibindo a sua elevação durante a veiculação de inserções publicitárias.

Tal prática, infelizmente, tem-se revelado freqüente nas emissoras de rádio e televisão e, a nosso ver, é invasiva, uma vez que viola o direito do usuário de arbitrar o volume do sinal em seu receptor. Justifica-se, pois, a iniciativa, que autoriza o poder concedente a fiscalizar essa característica técnica de transmissão.

Apresentamos à proposta a emenda nº 1/95 do Relator, que objetiva compatibilizar o texto do art. 1º com a ementa do Projeto de Lei. Nesse sentido, substituímos a expressão "serviços de radiodifusão de sons e imagens" pela mais abrangente "serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens", de modo a incluir explicitamente as emissoras de rádio.

Aprovamos, em suma, com emenda, o Projeto de Lei nº 989, de 1995 (PLS nº 127, de 1995).

Sala da Comissão, em de de 199 .


Deputado MALULY NETTO
Relator

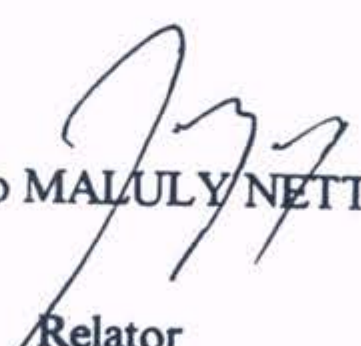
EMENDA OFERECIDA PELO RELATOR

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1/95

Dê-se ao *caput* art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais."

Sala da Comissão, em de de 199 .


Deputado MALULY NETTO
Relator


III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou por unanimidade, o

Projeto de Lei nº 989/95, com Emenda, nos termos do Parecer do Relator Deputado Maluly Netto.

Estiveram presentes os seguintes Deputados: Ney Lopes, Presidente; Affonso Camargo, Antônio Joaquim Araújo, Arolde de Oliveira, Carlos Alberto, João Iensen, José Jorge, José Mendonça Bezerra, Luiz Moreira, Maluly Netto, Paulo Bornhausen, Paulo Cordeiro, Paulo Heslander, Carlos Apolinário, Cássio Cunha Lima, Edinho Araújo, Geddel Vieira Lima, Hélio Rosas, Pedro Irujo, Wagner Rossi, Corauci Sobrinho, Edson Queiroz, Laprovita Vieira, Pauderney Avelino, Roberto Campos, Wagner Salustiano, Antonio Carlos Pannunzio, Domingos Leonelli, José de Abreu, Koyu Iha, Luiz Piauhyllino, Roberto Santos, Salvador Zimbaldi, Jaques Wagner, Jorge Wilson, Ricardo Izar, Eurípedes Miranda, Wolney Queiroz e Inácio Arruda, membros titulares; Cesar Bandeira, José Rocha, Mauricio Najar, Philemon Rodrigues, Antônio Brasil, João Almeida, Laire Rosado, Almir Chedid, Nan Souza, Zaire Rezende, Cunha Bueno, Renato Johnsson, Adroaldo Streck, Marconi Perillo, Ivan Valente e Tilden Santiago, membros suplentes; José Borba, não membro.

Sala da Comissão, 22 de maio de 1996


Deputado NEY LOPES
Presidente

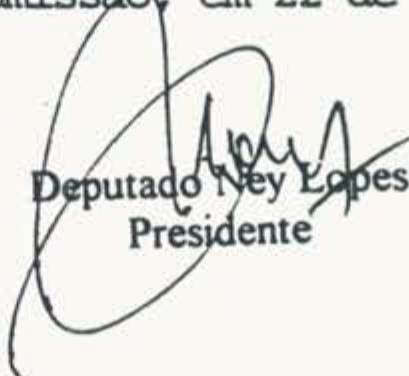
EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao *caput* art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais."

Sala da Comissão, em 22 de maio de 1996


Deputado Ney Lopes
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 989/95

Nos termos do art. 119, caput, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas a partir de 04 / 06 / 96 , por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 13 de junho de 1996.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

Secretário

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 989-B/95

Nos termos do art. 119, *caput*, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º , I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para

apresentação de emendas a partir de 18/05/99, por cinco sessões.

Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto de lei.

Sala da Comissão, em 24 de maio de 1999.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Secretário

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, originário do Senado Federal, visa a padronizar o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão, buscando evitar emprego de expediente subliminar de persuasão consistente no aumento de volume de audição nos espaços dedicados à propaganda.

Aprovada no Senado Federal, a proposição foi encaminhada a esta Casa para os fins a que se refere o art. 65 da Lei Maior, tendo sido distribuída, primeiramente, à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que, apreciando o mérito, opinou pela sua aprovação, com emenda.

Agora, a iniciativa vem ao exame deste Órgão Técnico, devendo ser apreciada nos aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa, em cumprimento ao preceituado nos arts. 53, inciso III, e 32, inciso III, alínea a, da norma regimental.

II - VOTO DO RELATOR

Aos Parlamentares cabe a iniciativa de leis da competência da União, conforme prevê o art. 48 do Diploma Básico, e especialmente sobre a matéria constante do inciso XII, qual seja, radiodifusão (art. 22, inciso IV, da Constituição Federal).

Destarte, não vislumbramos qualquer óbice à aprovação da iniciativa em comento, sob o enfoque da constitucionalidade formal.

No que tange à constitucionalidade material, verifica-se que a proposição está em consonância com os dispositivos e princípios constitucionais relativos à comunicação social, não contendo a iniciativa qualquer dispositivo que possa constituir embaraço ou restrição à plena liberdade de pensamento, criação, expressão ou informação (arts. 220 e 221).

A Emenda adotada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática objetiva tão-somente compatibilizar o texto do art. 1º com a ementa do Projeto de Lei, não estando eivada de qualquer vício de constitucionalidade, juridicidade ou de técnica legislativa.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que merece aprimoramento, razão pela qual oferecemos, nesta oportunidade, Substitutivo a este propósito visando.

Por todo o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 989, de 1995, nos termos do Substitutivo ora apresentado.

Sala da Comissão, em 07 de out de 1996.


Deputado ROLAND LAVIGNE
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 989, DE 1995

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens

padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais.

Art. 2º O Poder Executivo criará, no período de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, os mecanismos necessários à normalização técnica da matéria, bem como à fiscalização de seu cumprimento.

Art. 3º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator à pena de suspensão da atividade pelo prazo de trinta dias, triplicada em caso de reincidência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 23 de art de 1996.

Deputado ROLAND LAVIGNE
Relator

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS PROJETO DE LEI Nº 989/95

Nos termos do art. 119, *caput*, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para apresentação de emendas a partir de 17/06/99, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao substitutivo.

Sala da Comissão, em 23 de junho de 1999.


SÉRGIO SAMPAIO CONTEIRAS DE ALMEIDA

III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo, do Projeto de Lei nº 989-A/95 e da Emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, nos termos do parecer do k. or, Deputado Roland Lavigne.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Ronaldo Cezar Coelho – Presidente, Inaldo Leitão, Iédio Rosa e Ary Kara – Vice-Presidentes, André Benassi, Caio Riela, Eduardo Paes, Fernando Gonçalves, Léo Alcântara, Nelson Marchezan, Zenaldo Coutinho, Zulaiê Cobra, Coriolano Sales, Geovan Freitas, Mendes Ribeiro Filho, Darci Coelho, Jaime Martins, Paulo Magalhães, Geraldo Magela, José Dirceu, José Genoíno, Marcelo Déda, Waldir Pires, Augusto Farias, Fernando Coruja, José Roberto Batochio, Ayrton Xerêz, Udson Bandeira, José Ronaldo, Robson Tuma, Professor Luizinho, Cleonânio Fonseca, Dr. Benedito Dias, Jair Bolsonaro e Bispo Wanderval.

Sala da Comissão, em 25 de maio de 2000


Deputado RONALDO CEZAR COELHO
Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO – CCJR

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais.

Art. 2º O Poder Executivo criará, no período de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, os mecanismos necessários à normalização técnica da matéria, bem como à fiscalização de seu cumprimento.

Art. 3º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator à pena de suspensão da atividade pelo prazo de trinta dias, triplicada em caso de reincidência.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de maio de 2000


Deputado RONALDO CEZAR COELHO
Presidente

Lote: 73
PL Nº 989/1995
45
Caixa: 48

1233
Ofício nº 381 (SF)

Brasília, em 19 de abril de 2001.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Senado Federal aprovou o Substitutivo dessa Casa ao Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1995 (PL nº 989, de 1995, na Câmara dos Deputados), que “padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências”.

Outrossim, comunico a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

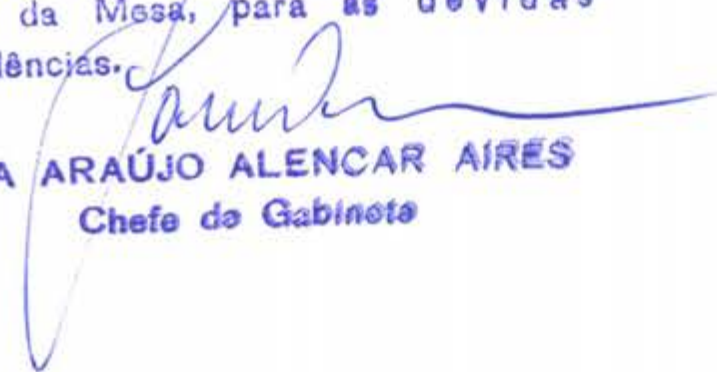
Atenciosamente,


Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário

PRIMEIRA-SECRETARIA

Em 19 / abril, 2001

De ordem, ao Senhor Secretário-
Geral da Mesa, para as devidas
Providências.


IARA ARAÚJO ALENCAR AIRES
Chefe de Gabinete

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
vpl/pls95127



689
Ofício nº 533 (SF)

Brasília, em 16 de maio de 2001.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1995, sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei nº 10.222, de 9 de maio de 2001, que "padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências".

Atenciosamente,


Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário

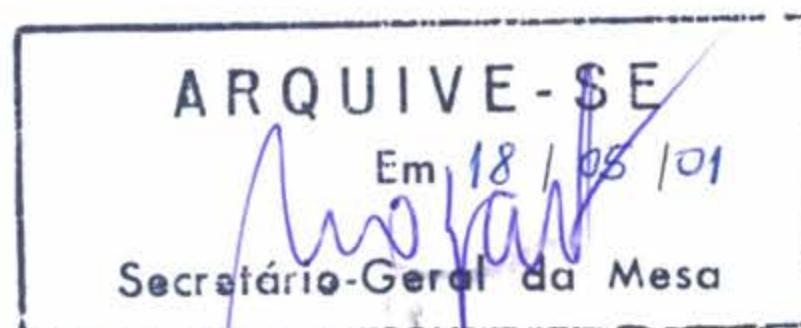
PRIMEIRA-SECRETARIA

Em 16/05/01

De ordem, ao Senhor Secretário-
Geral da Mesa, para as devidas
Providências.


IARA ARAÚJO ALENCAR AIRES
Chefe de Gabinete

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
Ess/Pls95127



Sancione

9/5/2001



Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:


Art. 1º Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais.

Art. 2º O Poder Executivo criará, no período de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, os mecanismos necessários à normalização técnica da matéria, bem como à fiscalização de seu cumprimento.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator à pena de suspensão da atividade pelo prazo de trinta dias, triplicada em caso de reincidência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de abril de 2001



Senador Jader Barbalho
Presidente do Senado Federal

Aviso nº 476 - C. Civil.

Brasília, 9 de maio de 2001.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 127, de 1995 (nº 989/95 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 10.222, de 9 de maio de 2001.

Atenciosamente,



PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRÁSÍLIA-DF.

Mensagem nº 418

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 10.222, de 9 de maio de 2001.

Brasília, 9 de maio de 2001.



LEI Nº 10.222 , DE 9 DE MAIO DE 2001.

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais.

Art. 2º O Poder Executivo criará, no período de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, os mecanismos necessários à normalização técnica da matéria, bem como à fiscalização de seu cumprimento.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator à pena de suspensão da atividade pelo prazo de trinta dias, triplicada em caso de reincidência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

República. Brasília, 9 de maio de 2001; 180º da Independência e 113º da



Aviso nº 476 - C. Civil.

Brasília, 9 de maio de 2001.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 127, de 1995 (nº 989/95 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 10.222, de 9 de maio de 2001.

Atenciosamente,



PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

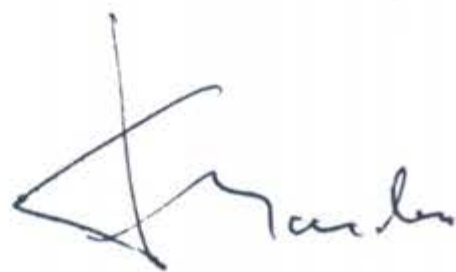
A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF.

Mensagem nº 418

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 10.222, de 9 de maio de 2001.

Brasília, 9 de maio de 2001.



LEI Nº 10.222 , DE 9 DE MAIO DE 2001.

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais.

Art. 2º O Poder Executivo criará, no período de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, os mecanismos necessários à normalização técnica da matéria, bem como à fiscalização de seu cumprimento.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator à pena de suspensão da atividade pelo prazo de trinta dias, triplicada em caso de reincidência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de maio de 2001; 180º da Independência e 113º da República.





Diário Oficial



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano CXXXVIII N° 90 -E Brasília - DF, quinta-feira, 10 de maio de 2001 R\$ 0,23

Seção 1

Atos do Poder Legislativo

LEI N° 10.222, DE 9 DE MAIO DE 2001

Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais.

Art. 2º O Poder Executivo criará, no período de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, os mecanismos necessários à normalização técnica da matéria, bem como à fiscalização de seu cumprimento.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator à pena de suspensão da atividade pelo prazo de trinta dias, triplicada em caso de reincidência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de maio de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
José Gregori
Pimenta da Veiga

Atos do Poder Executivo

DECRETO N° 3.815, DE 9 DE MAIO DE 2001

Aprova o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas, da Casa Civil da Presidência da República, na parte referente à organização da Imprensa Nacional, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas, da Casa Civil da Presidência da República, na parte referente à organização da Imprensa Nacional, na forma do Anexo II a este Decreto.

Art. 2º A Imprensa Nacional, órgão específico singular, integrante da estrutura básica da Casa Civil da Presidência da República, a que se refere o art. 2º da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, diretamente subordinado à Secretaria-Executiva, tem por finalidade publicar e divulgar os atos oficiais da Administração Pública Federal.

Art. 3º Em decorrência do disposto no art. 1º, ficam remanejados, na forma deste artigo e do Anexo I a este Decreto, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG:

I - da Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provenientes da extinção de órgãos da Administração Pública Federal, para a Casa Civil da Presidência da República, a serem alocados na Imprensa Nacional, três DAS 101.4, três DAS 101.3, um DAS 102.3, quinze DAS 102.2, e sete DAS 102.1; e

II - da Casa Civil da Presidência da República, alocados na Imprensa Nacional, para a Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, oito DAS 101.2, um DAS 101.1, e quinze FG-3.

Art. 4º O Regimento Interno da Imprensa Nacional será aprovado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e publicado no Diário Oficial da União, no prazo de vinte dias, contado da data de publicação deste Decreto.

Art. 5º Os apostilamentos decorrentes da aprovação do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas de que trata o art. 1º deverão ocorrer no prazo de trinta dias, contado da data da publicação deste Decreto.

Parágrafo único. Após os apostilamentos, previstos no caput deste artigo, o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República fará publicar, no Diário Oficial da União, no prazo de quarenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS a que se refere o Anexo II, indicando, inclusive, o número de cargos vagos, sua denominação e respectivo nível.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de maio de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Martus Tavares
Pedro Parente

ANEXO I

REMANEJAMENTO DE CARGOS

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGES/MP P/ A IN/CC (a)		DA IN/CC P/ A SEGES/MP (b)	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.4	3,08	3	9,24	-	-
DAS 101.3	1,24	3	3,72	-	-
DAS 101.2	1,11	-	-	8	8,88
DAS 101.1	1,00	-	-	1	1,00
DAS 102.3	1,24	1	1,24	-	-
DAS 102.2	1,11	15	16,65	-	-
DAS 102.1	1,00	7	7,00	-	-

SUBTOTAL 1	29	37,85	9	9,88
FG-3 0,19	-	-	15	2,85
SUBTOTAL 2	-	-	15	2,85
TOTAL (1+2)	29	37,85	24	12,73
SALDO DO REMANEJAMENTO (a-b)	5	25,12	-	-

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO e DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA IMPRENSA NACIONAL DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

UNIDADES	CARGOS/FUNÇÕES Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/FG
	1	Diretor-Geral	101.5
	1	Diretor-Geral Adjunto	101.4
	6	Assistente	102.2
	3	Auxiliar	102.1
	4		FG-3
Coordenação-Geral de Produção Industrial	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Coordenador	101.3
	1	Assessor	102.3
	4	Assistente	102.2
	3	Auxiliar	102.1
Coordenação-Geral de Administração	11		FG-3
	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Coordenador	101.3
	6	Assistente	102.2
	4	Auxiliar	102.1
Coordenação de Tecnologia da Informação	17		FG-3
	1	Coordenador	101.3

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO e DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA IMPRENSA NACIONAL DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.5	4,94	1	4,94	1	4,94
DAS 101.4	3,08	-	-	3	9,24
DAS 101.3	1,24	2	2,48	5	6,20